



CÂMARA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ: 51.840.569/0001-04

Parecer da Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação da Câmara Municipal de Tabapuã - SP, exarado na reunião extraordinária realizada no dia 13 de dezembro de 2022, a partir das 11h10min, referente ao VETO TOTAL emitido pelo Poder Executivo ao Projeto de Lei nº. 022/2022, de 24 de Outubro de 2022, que "Dispõe sobre autorização para a implantação do Programa de Coleta e Destinação de Lixo Eletrônico e de materiais de Vidro em âmbito municipal e dá outras providências".

PARECER FINAL



A Comissão Permanente em epígrafe, nos termos regimentais, após análise detalhada do VETO TOTAL, apresenta o seguinte parecer:

Pela rejeição, em razão de não assistir razão ao Senhor Prefeito, tendo em vista que o projeto de lei unicamente autoriza o Poder Executivo a implantar no município de Tabapuã o Programa de Coleta e Destinação de Lixo Eletrônico e de materiais de Vidro, não obrigando assim ao Município a "Criação de Postos de Coleta" mencionada em seu artigo 2º conforme alegado pelo VETO TOTAL em questão, o que de início retiraria qualquer tipo de existência de vício de iniciativa do Vereador.

Ademais, quanto a alegação de criação despesas que acabariam sendo geradas pelo Projeto de Lei ao Executivo, frisa-se que o Supremo Tribunal Federal ao examinar o Tema 917, em repercussão geral, fixou a seguinte tese sobre o assunto:

"Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, a, c e e, da Constituição Federal). Obs: Redação da tese aprovada nos termos do item 2 da Ata da 12ª Sessão Administrativa do STF, realizada em 09/12/2015."



CÂMARA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ: 51.840.569/0001-04

Assim, pelos motivos elencados acima resta claro que o projeto de lei não apresenta em sua estrutura qualquer tipo de vício de iniciativa, não havendo desse modo a incidência da inconstitucionalidade formal citada no VETO TOTAL em questão pela Prefeitura.

É o parecer.

Câmara Municipal de Tabapuã - SP, 13 de dezembro de 2022.

ÁQUILES LUIZ PAULELLA
Presidente Comissão Legislação, Justiça e Redação

BRAZ BRITO LISBOA
Vice Presidente Comissão Legislação, Justiça e Redação

PEDRO MARCIO GIROTTO
Secretario Comissão Legislação, Justiça e Redação